



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº TRF2-CON-2022/_____

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
ESPECIALIZADOS EM CONDUÇÃO DE VEÍCULO DE
TRANSPORTE VERTICAL, QUE ENTRE SI FAZEM O
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A
EMPRESA _____.

Proc. Adm. Digital nº TRF2-EOF-2021/00269

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Diretor Geral, Dr. Paulo Cezar Braga Edmundo**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na _____, CEP: _____, Tel.: (____) _____, e-mail: _____, representada neste ato por seu(sua) _____, **Sr(a).** _____, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo Digital nº TRF2-EOF-2021/00269, e em consequência do Pregão Eletrônico nº 009/2022, fundamentado na Lei nº 10.520/02, no Decreto nº 10.024/19, na Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, na LDO vigente, nas Resoluções nº 169/2013, nº 183/2013 e nº 248/2018 do CNJ, na Instrução Normativa nº 001/2016 do CJF, homologado em ____/____/2022, através do despacho nº TRF2-DES-2022/_____, FIRMAM o presente Contrato objetivando a *prestação de serviços especializados em condução de veículo de transporte vertical, para os elevadores do complexo predial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, e da Portaria nº TRF2-PTP-2017/00110, de 15 de março de 2017, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços especializados em condução de veículo de transporte vertical, para os elevadores do complexo predial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, conforme especificações constantes no Edital do Pregão Eletrônico n.º 009/2022 e seus Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII, e na forma estabelecida no presente Contrato.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO EFETIVO MÍNIMO E DOS POSTOS DE TRABALHO:

2.1 - A Contratada deverá disponibilizar pessoal, devendo observar a distribuição dos postos de trabalho conforme a seguir:

2.1.1 - DO EFETIVO MÍNIMO		
CATEGORIA PROFISSIONAL	CBO	QUANTIDADE
ASCENSORISTA	5141-05	10
QUANTIDADE TOTAL DO EFETIVO		10

2.1.2 - DOS POSTOS DE TRABALHO		
Localização dos Elevadores	Quantidade de Ascensoristas	Período de Prestação de Serviços
Anexo II Elevador de Carga	02	7:00 às 13:00 horas e 13:00 às 19:00 horas
Anexo II Elevador de Emergência	02	8:00 às 14:00 horas e 14:00 às 20:00 horas.
Anexo II Organizadora de Filas	01	11:00 às 17:00 horas
Anexo I – Elevador Privativo 1	02	9:00 às 15:00 horas e 15:00 à 21:00 horas.
Anexo I Elevador Privativo 2	02	9:00 às 15:00 horas e 15:00 às 21:00 horas.
Rendição Elevadores Diversos	01	11:00 às 17:00 horas.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:

3.1 - DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1.1 – Os serviços de condução de veículo de transporte vertical deverão ser realizados dentro do período de 07:00 às 21:00 horas;

3.1.2 - A jornada semanal de cada empregado da Contratada poderá perfazer um total de 36 (*trinta e seis*) horas, sendo a jornada diária fixada em 6 (*seis*) horas de trabalho, com intervalo de 15 (*quinze*) minutos para refeição, ou conforme legislação em vigor;

3.1.3 - Os serviços poderão ser executados durante o final de semana, em horário integral, obedecendo à programação de serviços a ser elaborada pelo setor competente do Contratante, com antecedência mínima de 48 (*quarenta e oito*) horas;

3.1.4 - Em caso de solicitações de emergência, o prazo de antecedência mínima para a elaboração da programação de serviços não será considerado, obrigando-se a Contratada a executar os serviços imediatamente;

3.1.5 - Os horários de expediente e de intervalo para refeição serão controlados através de cartões individuais de ponto, onde constarão o nome completo, função e horário de expediente dos empregados da Contratada;

3.1.6 - O relógio biométrico de ponto será fornecido e instalado nas dependências do Contratante pela Contratada, sem ônus adicionais para o primeiro, responsabilizando-se a Contratada por sua revisão e manutenção periódica;

3.1.7 - A Contratada se obriga a manter, em local a ser indicado, nas dependências do Contratante, sem ônus adicionais, uma estufa para aquecimento das refeições de seus empregados, com tamanho compatível com o número de empregados, responsabilizando-se a Contratada por sua revisão e manutenção periódica;

3.1.8 - A Contratada se obriga a manter, na sala destinada à equipe de trabalho, um livro de ocorrências para registro de fatos relevantes que envolvam seus empregados;

3.1.9 - A Contratada deverá disponibilizar para o Contratante, a seu pedido, empregados da categoria, para atendimento aos serviços que só possam ser executados durante os fins de semana;

3.1.10 - Os serviços executados em finais de semana e feriados, com o efetivo residente, serão previamente aprovados pelo Contratante e serão remunerados de acordo com a legislação em vigor;

3.1.11 - Observada a legislação pertinente, deverá ser adotado o SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE HORAS, ou efetuada a remuneração devida, mediante faturamento discriminado no mês subsequente ao da prestação dos serviços, ficando a quitação do documento fiscal respectivo condicionada à autorização prévia do setor competente (Divisão de Atividades Auxiliares), que preencherá e assinará formulário próprio da Contratada, indicando os nomes, funções, datas e horários em que serão realizados os serviços. Os serviços prestados em jornada extraordinária, se passíveis de remuneração, serão faturados em separado do documento fiscal normal;

3.1.12 - A Contratada deverá registrar e controlar, diariamente, a frequência e a pontualidade dos funcionários, bem como as ocorrências do Posto de trabalho em que os mesmos estiverem prestando seus serviços;

3.1.13 - Deverá orientar os empregados quanto a presteza no atendimento e cumprimento das normas internas;

3.1.14 - Acompanhar, diariamente, as ocorrências registradas relativas aos empregados sob sua supervisão;

3.1.15 - A Contratada deverá exigir que os empregados trabalhem devidamente identificados e uniformizados;

3.1.16 - Deverá efetuar a substituição do empregado, em caráter imediato, em eventuais faltas;

3.1.17 – A Contratada deverá providenciar a rendição dos empregados, quando houver a necessidade de se ausentarem dos seus postos e, em especial, nos casos previstos na legislação trabalhista;

3.1.18 - Deverá também acatar as exigências do fiscal do Contrato quanto à execução dos serviços, horários de turnos, rodízio entre os postos, providenciando a imediata correção das deficiências apontadas pela fiscalização;

3.1.19 - Deverá substituir qualquer empregado, em caráter imediato, sempre que a conduta ou a qualidade dos seus serviços for julgada insatisfatória e prejudicial ao andamento dos serviços.

3.2 - DA FORMA DE EXECUÇÃO:

3.2.1 – Os serviços de transporte vertical deverão ser realizados pelos ascensoristas considerando as seguintes atribuições:

3.2.1.1 - Conduzir elevadores para o transporte de pessoas e de cargas aos andares do complexo predial, registrando os andares solicitados para embarque e desembarque, mediante o pressionamento dos botões do painel de controle, observando os limites de carga, visando garantir a segurança dos passageiros e cargas;

3.2.1.2 - Zelar pelo bom funcionamento, guarda e conservação dos elevadores;

3.2.1.3 - Auxílio no embarque e desembarque de passageiros, em especial aos portadores de necessidades especiais, idosos e crianças;

3.2.1.4 - Zelar pela segurança dos usuários e do equipamento utilizado;

3.2.1.5 - Efetuar testes, quando necessário, no sistema de alarme e de intercomunicação dos elevadores;

3.2.1.6 - Efetuar anotações acerca do funcionamento dos elevadores, repassando-as ao setor competente do Contratante, inclusive quanto ao sistema de alarme e de intercomunicação;

3.2.1.7 - Organizar as filas de passageiros no pavimento térreo;

3.2.1.8 - Organizar a distribuição dos serviços nos diversos elevadores localizados no prédio sede e anexos do Contratante;

3.2.1.9 - Comunicar ao Contratante todo acontecimento entendido como irregular;

3.2.1.10 - Comunicar imediatamente ao funcionário responsável pelo posto de trabalho, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

3.2.1.11 - Executar outras tarefas correlatas.

3.3 – DA REMUNERAÇÃO E DOS BENEFÍCIOS:

3.3.1 – A remuneração dos ascensoristas corresponderá ao previsto na tabela do SINDICATO DOS CABINEIROS DE ELEVADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO;

3.3.2 – Os pagamentos dos salários e demais benefícios serão realizados na sede do Contratante, sendo que, na hipótese da Contratada optar por pagamento em cheque ou crédito em conta-salário, deverá eleger um dos estabelecimentos bancários existentes na sede do Contratante para operacionalizar o pagamento;

3.3.3 – A Contratada deverá fornecer a todos os seus empregados alocados nas dependências do Contratante, crachás de identificação, contendo os dados pessoais do empregado, fotografia e função;

3.3.4 – A Contratada fornecerá, diariamente, café da manhã, com base na legislação em vigor (Lei Municipal nº 1.418 de 27.06.89), para os ascensoristas que chegarem com antecedência mínima de 15 (*quinze*) minutos aos seus turnos de trabalho e cujos turnos se iniciem entre 7:00 e 11:00 horas da manhã;

3.3.5 – A Contratada fornecerá a todos os seus empregados, mensalmente, auxílio alimentação, no primeiro dia útil do mês, em quantidade correspondente ao total de dias úteis do mês em que serão utilizados. O valor do benefício deverá corresponder, no mínimo, ao valor estabelecido pelas Convenções Coletivas de Trabalho firmadas pelo Sindicato dos Cabineiros de Elevador do Município do Rio de Janeiro para a respectiva categoria;

3.3.6 – Os vales-transportes serão fornecidos em quantidade necessária ao deslocamento do beneficiário no seu trajeto residência X trabalho e vice-versa (Lei nº 7.418, de 16.12.85 e Decreto nº 95.247, de 17.11.87 e alterações), sendo que os vales-transportes deverão atender integralmente às necessidades do empregado;

3.3.6.1 – Poderá ser utilizado o Bilhete Único (Lei 5.628 de 29/12/2009 e Lei 5.211 de 01/07/2010), desde que atenda às necessidades do empregado.

3.4 – DOS UNIFORMES:

3.4.1 - A Contratada deverá disponibilizar todas as peças de vestuário, que constituirão os uniformes completos de seus empregados alocados nas dependências do Contratante, nas quantidades estabelecidas, num prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato;

3.4.2 - A Contratada deverá disponibilizar a cada 06 (*seis*) meses, nesse caso independente do estado em que se encontrem os uniformes em uso, mudas novas de uniformes

e seus respectivos complementos, conforme subitem 3.4.5, por trabalhador e de acordo com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho da categoria, sempre na presença do fiscal de Contrato, não podendo ser repassados os custos aos seus empregados;

3.4.3 - A referida substituição deverá ocorrer, integralmente, às expensas da Contratada, e se dará mediante a devolução, pelo seu empregado, das peças em mal estado;

3.4.4 - A Contratada deverá disponibilizar os uniformes e calçados nos diversos tamanhos, no caso de não dispor de uniformes e calçados nos tamanhos adequados aos usuários, estes deverão ser confeccionados sob medida;

3.4.5 - UNIFORME ASCENSORISTAS:

- a) 03 (*três*) camisas sociais (manga curta), preferencialmente, na cor amarelo-claro ou branca;
- b) 02 (*duas*) calças ou saias sociais, preferencialmente, na cor preta;
- c) 01 (*uma*) gravata, preferencialmente, na cor preta ou 01 (*um*) lenço para gola de camisa, preferencialmente, na cor preta;
- d) 01 (*um*) paletó na cor da calça ou saia;
- e) 01 (*um*) cinto de couro preto;
- f) 02 (*dois*) pares de meias pretas masculinas ou 02 (*duas*) meias-calça femininas em cor natural;
- g) 02 (*dois*) pares de sapato preto, masculino ou feminino, tipo Vulcabras.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES:

4.1 - DA CONTRATADA:

4.1.1 – A Contratada utilizará, na prestação dos serviços objeto do presente Contrato, mão-de-obra qualificada, equipamentos e materiais de primeira qualidade e suficientes à realização dos serviços;

4.1.2 – A Contratada deverá manter atualizada, junto à Divisão de Atividades Auxiliares, a relação nominal dos empregados designados para a prestação dos serviços, indicando a função e data de admissão e deverá ser digitada em forma de planilha;

4.1.3 – A Contratada se obrigará a designar formalmente preposto, que acompanhará o Contrato, sendo este o elo de ligação da mesma com a administração do Contratante, devendo possuir poderes para solucionar todos os problemas oriundos da relação contratual, sobretudo substituição de empregados, regularização de pendências relacionadas a vales-refeição, vales-transporte, salários e demais benefícios, bem como fiscalizar as condições de apresentação dos empregados (uniformes e crachás);

4.1.4 – A Contratada afastará ou substituirá, por recomendação do Contratante, qualquer empregado que comprovadamente causar embaraço à boa execução do serviço;

4.1.5 – Os empregados da Contratada, quando prestando serviços nas instalações do Contratante, estarão sujeitos a suas normas disciplinares, mas em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com o Contratante, pois manterão contrato de trabalho com a Contratada, cabendo exclusivamente a essa responder pelos encargos trabalhistas previdenciários e fiscais, resultantes da execução do presente Contrato;

4.1.6 – A Contratada deverá manter o Contratante a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento do presente Contrato;

4.1.7 – A Contratada deverá manter seus empregados, locados na execução do serviço, em situação empregatícia regular e legal. O Contratante se reserva o direito de, a qualquer tempo e sempre que julgar conveniente, exigir essa comprovação;

4.1.8 – A Contratada deverá executar os serviços de maneira a não interferir, direta ou indiretamente, nas atividades do Contratante;

4.1.9 – A Contratada deverá manter sediados no Contratante durante os turnos de trabalho, empregados capazes de tomar decisões compatíveis com a garantia de cumprimento dos compromissos assumidos;

4.1.10 – A Contratada deverá identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do Contratante;

4.1.11 – Será de responsabilidade da Contratada:

4.1.11.1 - Reparar, ou quando isto for impossível, indenizar quaisquer perdas e danos, pessoais ou materiais, em virtude de culpa ou dolo, decorrentes da execução deste Contrato, de sua responsabilidade ou de seus prepostos, ainda que tão somente objetiva, desde que sobrevenham em prejuízo do Contratante ou de terceiros, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento ou da garantia oferecida, a critério do Contratante, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis;

4.1.11.2 - Assumir quaisquer indenizações devidas aos seus empregados, inclusive aquelas relativas a acidentes de trabalho, bem como a responsabilidade por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil e penal, decorrente do presente Contrato, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

4.1.11.3 - Selecionar e preparar rigorosamente as pessoas que irão prestar os serviços, encaminhando empregados com funções profissionais devidamente registradas em suas carteiras de trabalho ou outro documento equivalente;

4.1.11.4 - Promover palestras semestrais sobre as atividades desenvolvidas pelos ascensoristas, visando à qualificação e orientação permanente de todos os seus empregados;

4.1.11.5 - Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente e carteira de identidade (RG);

4.1.11.6 - Cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas a segurança e medicina do trabalho, e diligenciar para que seus empregados trabalhem com Equipamentos de Proteção individual (EPI), tais como aventais, guarda pós, botas, luvas, capas, óculos, cintos e equipamentos adequados para cada tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido. O Contratante poderá paralisar os serviços, enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação correrá por conta da Contratada;

4.1.11.7 - Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, e as normas internas de segurança e medicina do trabalho;

4.1.11.8 - Instruir os seus empregados quanto às orientações para prevenção de incêndio nas áreas do Contratante;

4.1.11.9 - Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados;

4.1.11.10 - Dispor de plano de contingência e de todos os recursos necessários à manutenção dos postos de trabalho sempre guarnecidos, inclusive em situações atípicas, tais como as de greve de seus empregados, anormalidade de funcionamento dos meios públicos de transporte, ou quaisquer outras, de modo a garantir a plena operacionalidade da execução dos serviços, sem quaisquer ônus adicionais para o Contratante;

4.1.11.11 - Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Contratante, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

4.1.11.12 - Diligenciar para que seus empregados tratem com urbanidade as autoridades, os empregados, os visitantes e os demais contratados, podendo o Contratante solicitar substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente;

4.1.11.13 - A Contratada deverá, obrigatoriamente, respeitar e atender todos os benefícios, inclusive salários não inferiores aos pisos das categorias dos respectivos profissionais, pactuados nas Convenções Coletivas firmadas pelo Sindicato dos Cabineiros de Elevadores do município do Rio de Janeiro;

4.1.11.14 - Pagar em dia seus empregados nos termos da legislação aplicável;

4.1.11.15 - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Contratante, no tocante aos serviços a serem executados, assim como as suas obrigações, sendo que a ausência de fiscalização do Contratante não eximirá a Contratada das responsabilidades previstas neste Contrato;

4.1.12 - A Contratada deverá comprovar, sempre que solicitado, o cumprimento das Normas regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho, tais como: comprovar cumprir as normas referentes aos Serviços especializados em Engenharia de Segurança e em

Medicina do Trabalho, implementação do programa de controle médico de saúde ocupacional, etc.

4.1.13 – Relatar à Administração qualquer irregularidade observada nos postos, onde houver prestação de serviços;

4.1.14 – Manter preposto com capacidade para receber e solucionar qualquer demanda da Administração, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários;

4.1.14.1 – A Contratada deverá comprovar, no prazo de 60 (*sessenta*) dias, o cumprimento desta obrigação, contados a partir do 1º útil subsequente à data de assinatura do Contrato.

4.1.15 – A Contratada deverá implantar imediatamente mão-de-obra no respectivo posto, devidamente uniformizados e identificados, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite de assumir conforme o estabelecido;

4.1.16 – A Contratada deverá submeter, de imediato, para conferência e identificação pelo Contratante, as CTPS devidamente preenchidas e assinadas juntamente com a relação nominal dos empregados que atuarão na execução dos serviços, mencionando os respectivos endereços e telefones residenciais e celulares, atualizando prontamente quaisquer alterações desses dados, para fins do artigo 67 da Lei 8.666/93;

4.1.16.1 – Adotar essa obrigação sempre que houver demissão/admissão de novos empregados para prestação dos serviços constantes deste Contrato.

4.1.17 – A Contratada deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;

4.1.18 – A Contratada deverá encaminhar ao Fiscal do Contrato as informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: RAIS e a CAGED;

4.1.19 – A Contratada deverá apresentar ao Fiscal do Contrato:

- a) Cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho;
- b) Cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao Contrato;
- c) Espelho da folha de pagamento específica do Contrato;
- d) Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP (RE);
- e) Os recolhimentos das contribuições ao INSS;
- f) Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP);
- g) Cópia do Comprovante de Declaração à Previdência;
- h) Carteiras Profissionais dos empregados colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional.

4.1.20 – Será aplicada nesta contratação a Resolução nº 169/2013 do Conselho Nacional de Justiça;

4.1.21 – A Contratada deverá apresentar, no primeiro dia útil subsequente a data de assinatura do Contrato, (antes do início dos serviços) a certidão de regularidade para com as suas obrigações sindicais, conforme estabelecido na 31ª Cláusula, da Convenção Coletiva de Trabalho 2012/2013 entre o Sindicato dos Cabineiros de Elevadores do Município do Rio de Janeiro e o sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do estado do Rio de Janeiro;

4.1.22 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 7, alterada pela Resolução nº 09 de 06.12.2005 do Conselho Nacional de Justiça.

4.1.22.1 – A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, por todos os empregados da empresa alocados na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo III do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo;

4.1.23 – É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução nº 7, alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e nº 229 de 22/06/2016 do Conselho Nacional de Justiça.

4.1.23.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo V do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, a qual será entregue quando da assinatura deste Contrato.

4.1.24 – É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º, conforme Resolução nº 156 de 08/08/2012 do Conselho Nacional de Justiça.

4.1.24.1 – A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pelo(s) funcionário(s) no exercício de cargo/função de chefia, alocado(s) na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo IV do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo e da apresentação das certidões mencionadas na aludida Declaração.

4.1.25 - O prazo para apresentação das declarações e certidões mencionadas nos subitens 4.1.22.1 e 4.1.24.1 será de, no máximo, 30 (*trinta*) dias a contar do primeiro dia útil subsequente à data da assinatura do Contrato;

4.1.26 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012;

4.1.27 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

4.1.27.1 - Aplica-se a Resolução mencionada no subitem anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

4.1.28 - A Contratada deverá fornecer gratuitamente a todos os empregados/colaboradores, postos à disposição da execução do presente Contrato, todos os itens de proteção individual necessários ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus (COVID - 19), na forma das orientações e normativos expedidos pelo Ministério da Saúde e demais normas específicas decretadas pelo Estado e pelo Município.

4.1.28.1 - A medida valerá enquanto perdurar o plano de contingência à COVID-19.

4.2 - DO CONTRATANTE:

4.2.1 - Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para a execução dos serviços;

4.2.2 - Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada ou por seu preposto;

4.2.3 - Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do Contrato;

4.2.4 - Exercer a fiscalização dos serviços prestados, por servidores designados;

4.2.5 - Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas verificadas no cumprimento do Contrato;

4.2.6 - Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos neste Contrato, solicitando à Contratada as substituições que se verificarem necessárias.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

5.1 - Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/93, modificada pela Lei n.º 8.883/94, os serviços objeto do presente Contrato serão recebidos, mediante Termo

Circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte forma:

5.1.1 – **Provisoriamente** – imediatamente após efetuada a apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com as especificações contidas neste Contrato;

5.1.2 – **Definitivamente** – no prazo de 10 (*dez*) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo por motivo justificado, e após verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais.

5.2 - Os Termos de Recebimento serão emitidos pelos servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, os quais confirmarão a aceitação definitiva dos serviços, após comprovada a adequação do objeto às especificações do presente Contrato.

5.3 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram prestados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação à Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.

5.4 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

5.5 - O aceite/aprovação do(s) serviço(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do(s) serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao Contratante as faculdades previstas nos artigos 18 e 20 da Lei n.º 8.078/90.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO, DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE, DO PAGAMENTO E DO RECOLHIMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS:

6.1 - DO PREÇO:

6.1.1 – ASCENSORISTA:

Módulo 01 – Mão de obra - Remuneração		
Categoria Profissional: ASCENSORISTA		
Composição da Remuneração		Valor Unitário Mensal (R\$)
A	Salário base	
B	Adicional de periculosidade	
C	Adicional de insalubridade	
D	Adicional noturno	
E	Hora noturna Adicional	
F	Outros	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		
Módulo 02 – Benefícios mensais e diários		

Benefícios Mensais e Diários		VALOR (R\$)	
A	Transporte		
B	Auxílio alimentação (refeição, cesta básica)		
C	Assistência Médica e Familiar		
D	Benefício Social Familiar		
E	Seguro de vida, invalidez e funeral		
F	Outros		
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
Módulo 03 – Insumos Diversos			
Insumos Diversos		VALOR (R\$)	
A	Uniformes		
B	Materiais		
C	Equipamentos e Ferramentas (depreciação)		
D	EPI		
E	Outros		
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS			
Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	
B	SESI ou SESC	1,50%	
C	SENAI ou SENAC	1,00%	
D	INCRA	0,20%	
E	Salário-educação	2,50%	
F	FGTS	8,00%	
G	Seguro acidente do trabalho	2,00%	
H	SEBRAE	0,60%	
TOTAL		35,80%	
Submódulo 4.2 – 13º Salário		%	VALOR (R\$)
A	13º Salário	9,09%	
B	Adicional de Férias	3,03%	
Subtotal		12,12%	
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Férias	4,34%	
TOTAL		16,46%	
Submódulo 4.3 – Afastamento Maternidade		%	VALOR (R\$)
A	Afastamento maternidade	0,03%	
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o afastamento	0,01%	
TOTAL		0,04%	
Submódulo 4.4 – Rescisão		%	VALOR (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	

B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03%	
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,015%	
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	0,69%	
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	0,01%	
G	Multa do FGTS - rescisão sem justa causa (50%)	4,36%	
TOTAL		7,47%	
Submódulo 4.5 – Custo de reposição do profissional ausente		%	VALOR (R\$)
A	Férias	9,09%	
B	Ausência por doença	1,66%	
C	Licença-paternidade	0,02%	
D	Ausências legais	0,82%	
E	Ausência por acidente de trabalho	0,03%	
F	Outros (especificar)	0,00%	
Subtotal		11,62%	
G	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o custo de reposição	4,16%	
TOTAL		15,78%	
Quadro Resumo - Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Encargos Sociais e Trabalhistas		%	VALOR (R\$)
4.1	Encargos sociais e FGTS	35,80%	
4.2	13º (décimo terceiro salário)	16,46%	
4.3	Afastamento maternidade	0,04%	
4.4	Custo de rescisão	7,46%	
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	15,78%	
4.6	Outros (especificar)	0,00%	
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		75,54%	
(MT) Custo total da planilha para efeito de cálculo dos módulos 05 (M1+M2+M3+M4)			
Módulo 05 – Custos Indiretos, tributos e lucro			
Custos Indiretos, Tributos e Lucro		%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	5,00%	
B	Lucro	6,79%	
C	Tributos		
D	Fator auxiliar para cálculo $[1-(C1+C2+C3)]$	85,75%	
E	Fator auxiliar para cálculo por dentro C/D		
	C1. PIS	1,65%	
	C2. COFINS	7,60%	
	C3. ISS	5,00%	
Total dos tributos		14,25%	

TOTAL	
TOTAIS DA CATEG PROFISSIONAL – ASCENSORISTA	
Descrição	PREÇO (R\$)
I – Composição da Remuneração	
II – Benefícios mensais e diários	
III – Insumos diversos	
IV – Encargos sociais e trabalhistas	
Subtotal (I + II + III + IV)	
V – Custos indiretos, tributos e lucro	
VALOR TOTAL POR EMPREGADO	

6.1.2 - Planilha totalizadora do preço da mão de obra:

I – MÃO DE OBRA / SALÁRIO				
CATEGORIA PROFISSIONAL	EFETIVO	PREÇOS (R\$)		
		UNITÁRIO MENSAL	TOTAL MENSAL	TOTAL ANUAL
ASCENSORISTA	10			
VALOR TOTAL ANUAL (R\$)				

6.1.3 - Valor da hora extra para categoria profissional:

CATEGORIA PROFISSIONAL	VALOR DA HORA EXTRA (R\$)	
	50 %	100%
ASCENSORISTA		

6.1.4 - O valor MENSAL ESTIMADO deste Contrato é de R\$ _____
(_____);

6.1.5 - O valor GLOBAL ESTIMADO deste Contrato é de R\$ R\$ _____
(_____);

6.1.6 - Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todos os custos pertinentes à perfeita execução dos serviços contratados;

6.1.7 - Os valores referentes às horas extras não integram a Planilha Totalizadora do preço da mão de obra.

6.2 - DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE:

6.2.1 - É admitida repactuação dos preços do Contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (*doze*) meses.

6.2.1.1 - O interregno mínimo de 12 (*doze*) meses será contado:

a) Os preços da mão de obra, a partir da data do Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho ou sentença normativa vigente à época da data limite para apresentação da proposta.

a.1) Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação poderá ser dividida em tantas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação, respeitado o interregno mínimo fixado no subitem anterior;

a.2) Inexistindo convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, a repactuação dos preços da mão de obra terá como base a pesquisa de preços realizada na mesma fonte utilizada para a fixação da remuneração inicial, devendo ser observados os mesmos critérios fixados quando da elaboração da estimativa de preços.

a.3) No caso da alínea anterior, inexistindo a mesma fonte utilizada para elaboração do orçamento inicial, poderá ser utilizada nova fonte, desde que devidamente justificado.

b) No caso dos preços de insumos, materiais e equipamentos, a partir da data limite para apresentação da proposta.

b.1) Os preços de insumos, materiais e equipamentos, observado o interregno mínimo de 12 (*dose*) meses, serão reajustados a partir da data limite para apresentação da proposta, de acordo com a variação do IPCA/IBGE, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro índice oficial que venha a ser acordado entre as partes.

c) Os preços de insumos decorrentes de convenção, acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou definidos pelo poder público serão reajustados com base nos respectivos instrumentos legais, na mesma data que ocorrer a repactuação da mão de obra.

d) Os insumos, materiais e equipamentos serão reajustados simultaneamente com a mão de obra quando decorrido, no mínimo, o interregno de 12 (*doze*) meses previsto na alínea “b”.

e) Quando o interregno mínimo de 12 (*doze*) meses previsto na alínea “d” não tiver sido cumprido, serão repactuados exclusivamente os custos vinculados à mão de obra.

6.2.2 - Os reajustamentos de preços serão precedidos de solicitação da Contratada, e acompanhados de:

6.2.2.1 – no caso das repactuações:

- a) documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado de cada um dos itens da planilha a serem alterados, quando for o caso;
- b) novo acordo ou convenção coletiva de trabalho, sentença normativa ou lei, que fundamentam o pedido de repactuação;
- c) demonstração da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas analíticas de composição de custos e formação de preços;
- d) documentos que comprovem que a Contratada já arca com os custos decorrentes das disposições do novo acordo ou convenção coletiva.

6.2.2.2 - no caso de reajustes, dos índices oficiais de preços previstos no Contrato e do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.

6.2.3 - É vedada a inclusão, por ocasião dos reajustamentos, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal.

6.2.4 - Caso a Contratada não requeira tempestivamente o reajustamento de preços e prorrogue o Contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

6.2.5 - Os reajustamentos de preços produzirão efeitos financeiros:

6.2.5.1 – no caso de reajustes, a partir da implementação do direito da Contratada, conforme fixado no Contrato, tendo por referência a data limite de apresentação da proposta ou do orçamento a que a proposta se referir, conforme estabelecido no Contrato;

6.2.5.2 - no caso da repactuação, a partir da data prevista no acordo, ou na convenção coletiva de trabalho ou na sentença normativa ou lei, motivadores do pedido de repactuação.

6.2.6 - Os reajustamentos subsequentes ao primeiro produzirão efeitos financeiros 12 (*doze*) meses a contar da data de início dos efeitos financeiros da última repactuação ou reajuste ocorridos.

6.2.7 - Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da Contratada.

6.3 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.3.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal por ela apresentado, discriminativo dos serviços prestados, devidamente atestado pelo(s) gestor(es) responsável(is) pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, em até 10 (*dez*) dias úteis, contados a partir da data da emissão do referido atesto.

6.3.1.1 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e

fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

6.3.1.2 - Os pagamentos a serem efetuados em favor da Contratada estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

- a) Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/1996 e alterações;
- b) Da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13/11/2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações;
- c) Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, na forma da Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003, c/c a legislação Distrital ou municipal pertinente.

6.3.1.3 - Para fins do disposto no item 6.3.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

6.3.2 - O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar - Centro, Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12:00 às 17:00, acompanhado dos documentos abaixo discriminados, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br.

6.3.2.1 - Comprovante de regularidade perante a Fazenda Nacional (CND), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e a Justiça do Trabalho (CNDT);

6.3.2.2 - Folha de pagamento de pessoal, do mês de realização dos serviços, referente aos empregados da Contratada que estejam prestando serviços nas dependências do Contratante.

6.3.2.2.1 - A folha de pagamento deverá corresponder exatamente à frequência dos empregados, controlada pelo Contratante, através de folha de ponto, não sendo pago à Contratada o valor relativo aos dias não trabalhados pelos empregados, bem como os encargos que venham a incidir sobre este valor.

6.3.2.3 - A folha de pagamento, bem como os cartões de ponto, terão como período correspondente à prestação dos serviços o mês comercial, excetuando-se as folhas do primeiro e último mês de execução contratual onde será considerado o período pro rata.

6.3.2.4 - Comprovante de recolhimento de encargos sociais (INSS, FGTS, PIS) relativos ao mês imediatamente anterior, e de outros descontos consignados na folha do mês, referentes aos empregados colocados à disposição do Contratante.

6.3.2.5 - Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP) com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário.

6.3.2.6 - Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP.

6.3.2.7 - Comprovantes de entrega de vale-transporte aos empregados da Contratada que estejam prestando serviços nas dependências do Contratante, correspondente ao mês do documento fiscal.

6.3.2.7.1 - A comprovação da entrega de vale-transporte se dará com a apresentação de comprovante de recarga de cartões em nome de cada funcionário, acompanhado do comprovante de pagamento total realizado pela Contratada à empresa fornecedora dos cartões ou com a relação dos funcionários constante do Contrato, contendo o valor do vale-transporte, o valor de desconto, data de recebimento e assinatura de todos os funcionários.

6.3.2.8 - Comprovantes de auxílio alimentação/refeição dos empregados, correspondentes ao mês do documento fiscal.

6.3.2.8.1 - A comprovação da entrega de auxílio alimentação/refeição dar-se-á com a apresentação de comprovante da empresa fornecedora dos cartões com a lista de todos os empregados da Contratada, acompanhada do comprovante de pagamento total realizado pela mesma à empresa fornecedora dos cartões ou com a relação dos empregados constante do Contrato, contendo o valor do auxílio-alimentação, data de recebimento e assinatura dos profissionais.

6.3.2.9 - Quadro resumo de frequências e faltas referentes ao mês.

6.3.2.10 - Cópia da Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS, quando houver rescisão sem justa causa.

6.3.2.11 - Cópia do Termo de Rescisão, quando houver rescisão do contrato do trabalhador.

6.3.3 – Serão descontadas, proporcionalmente, do valor total mensal contratado, as faltas indicadas pela fiscalização, quando do atesto do documento fiscal, sem prejuízo das demais sanções administrativas disciplinadas neste Contrato.

6.3.4 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 6.3.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.3.5 - Caso a Contratada se enquadre nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

6.3.6 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza.

6.3.6.1 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem 6.3.6, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

6.3.7 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente contratação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas, conforme Acórdão nº 964/2012 do Plenário do Tribunal de Contas da União.

6.3.7.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação mencionadas no subitem anterior será verificada quando da realização de cada pagamento.

6.4 - DO RECOLHIMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS:

6.4.1 - Será destacado do pagamento mensal da Contratada e depositado na Caixa Econômica Federal – CEF o somatório dos valores das rubricas relativas a:

6.4.1.1 - Férias;

6.4.1.2 - 1/3 constitucional;

6.4.1.3 - 13º Salário;

6.4.1.4 - Multa do FGTS por dispensa sem justa causa;

6.4.1.5 - Incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário.

6.4.2 - Os valores das rubricas serão obtidos pela aplicação dos percentuais abaixo discriminados:

Percentuais para contingenciamento de encargos trabalhistas a serem aplicados sobre documentos fiscais conforme Resoluções nº 169/2013, 183/2013 e 248/18-CNJ e IN nº 01/2016-CJF				
Título	Variação RAT ajustado 0,50% a 6,00%			
	Empresas		Simples	
Grupo A	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
Submódulo 2.1 da IN 05/2017 - MPDG	34,30%	39,80%	28,50%	34,00%
RAT	0,50%	6,00%	0,50%	6,00%
13º Salário	9,09	9,09	9,09	9,09
Férias	9,09	9,09	9,09	9,09
1/3 constitucional	3,03	3,03	3,03	3,03
Subtotal	21,21	21,21	21,21	21,21
Incidência do Grupo A (*)	7,28	8,44	6,04	7,21
Multa do FGTS	4,36	4,36	4,36	4,36
Encargos a contingenciar	32,85	34,01	31,61	32,78
Taxa de conta-depósito vinculada, conforme inciso IV, art. 3º da IN 01/2016-CJF (**)				
Total a contingenciar				

Obs.:

(*) - A incidência recai sobre as verbas de 13º salário, férias e 1/3 constitucional, variando de acordo com o RAT ajustado da Contratada;

(**) – Caso o contrato firmado entre a empresa e o banco oficial tenha previsão de desconto da taxa de abertura e manutenção diretamente na conta-depósito vinculada, esse valor deverá ser destacado da fatura e devolvido à conta-depósito vinculada, nos termos do inciso VIII do artigo 17 da Resolução CNJ n. 169/2013.

6.4.3 - Os valores das rubricas indicadas no subitem 6.4.1 serão glosados do valor mensal do Contrato e depositados exclusivamente na CEF, em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, e deixarão de compor o valor do pagamento mensal à Contratada.

6.4.3.1 - Caso a CEF promova desconto diretamente na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, os valores relativos às despesas com cobrança de abertura e manutenção da referida conta-depósito serão glosados do valor mensal do Contrato, e deixarão de compor o valor do pagamento mensal à Contratada.

6.4.4 - Os depósitos serão efetivados em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – aberta em nome da Contratada e por Contrato, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente mediante autorização do Contratante.

6.4.5 - A Contratada deverá providenciar, no prazo de 20 (*vinete*) dias, contados da notificação do Contratante, a assinatura dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - e de Termo específico junto à CEF, que permita ao Contratante ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do Contratante, conforme indicado no referido Termo.

6.4.6 - Ocorrendo o descumprimento do prazo estipulado no subitem anterior, o Contratante oficiará à Contratada, comunicando-lhe a data limite para cumprir a obrigação. Permanecendo o descumprimento, fica a Contratada sujeita ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

6.4.7 - Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou por outro definido, conforme Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Contratante e a CEF, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

6.4.8 - A abertura e manutenção da conta-depósito vinculada serão isentas de tarifas bancárias, conforme consta do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Contratante e a CEF.

6.4.9 – A Contratada poderá:

6.4.9.1 - solicitar, durante a execução do Contrato, autorização do Contratante para resgatar da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias contempladas nas mesmas rubricas indicadas no item 6.4.1, desde que comprove,

documentalmente, tratar-se de empregados alocados nas dependências do Contratante e que apresente:

- a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: comprovante de férias (aviso e recibo), folha de pagamento de 13º salário, com o respectivo comprovante de depósito em conta corrente dos empregados;
- b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado com mais de 01 (um) ano de serviço: termo de rescisão de contrato de trabalho (TRCT) devidamente homologado pelo sindicato da categoria, com a comprovação de depósito em conta corrente dos empregados, observando o disposto no artigo 477 da CLT, bem como a Portaria do MTE n. 1.057, de 6/7/2012, e comprovante dos depósitos do INSS e do FGTS, este último acompanhado do comprovante de pagamento da respectiva multa;
- c) no caso de rescisão contratual entre o Contratante e a Contratada, sem dispensa dos empregados: declaração contendo informação de que os mesmos continuarão prestando serviços à Contratada e comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.

6.4.9.2 - movimentar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - diretamente para a conta corrente dos empregados, exclusivamente para pagamento das verbas trabalhistas contempladas nas rubricas do artigo 4º da Resolução CNJ nº 169/2013, alterada pelas Resoluções nºs 183/2013 e 248/2018 e pela IN 1/2016-CJF, desde que comprove, documentalmente, tratar-se de empregados alocados nas dependências do Contratante, e que apresente:

- a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: aviso de férias e espelho da folha de pagamento do 13º salário;
- b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado: Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT, homologado, se exigível) e guia de recolhimento com o valor do FGTS e sua respectiva multa;
- c) no caso de rescisão contratual entre o Contratante e a Contratada, sem dispensa dos empregados: declaração contendo informação de que os mesmos continuarão prestando serviços à Contratada, comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.

§ 1º Nas hipóteses do subitem 6.4.9.2, a Contratada deverá apresentar o comprovante de quitação das verbas trabalhistas (recibo de férias, 1/3 e 13º e TRCT, homologado, quando for o caso), no prazo máximo de dez dias, contado da data do pagamento, ou da homologação pelo sindicato, se for o caso, observado o disposto na Portaria do MTE n. 1.057/2012.

§ 2º Após a comprovação indicada no parágrafo anterior, o Contratante poderá autorizar o resgate dos valores correspondentes à incidência previdenciária e FGTS, sobre os valores movimentados.

6.4.10 - O pedido da Contratada deverá conter, além dos documentos citados no subitem 6.4.9, planilha com os valores a serem resgatados ou movimentados da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - nas proporções que foram destacadas para cada empregado durante a vigência do Contrato.

6.4.11 - O resgate dos recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - previsto no subitem anterior dar-se-á somente após o pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias e mediante apresentação à unidade competente do Contratante, dos documentos comprobatórios de que a Contratada efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no subitem 6.4.1.

6.4.12 – O Contratante expedirá autorização de que trata o subitem 6.4.9.1, depois de confirmado o pagamento das verbas trabalhistas destacadas, e encaminhará a referida autorização à CEF no prazo máximo de dez dias úteis, a contar da data de apresentação dos documentos comprobatórios pela Contratada.

6.4.13 - Todos os termos da Resolução nº 169 de 31.01.2013 do Conselho Nacional de Justiça, alterada pelas Resoluções nºs 183/2013, de 24/10/2013, e 248/2018, de 24/05/2018, do mesmo Conselho, e da Instrução Normativa CJF-INN-2016/00001 deverão ser observados na execução contratual.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços, objeto deste Contrato, correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme o adiante especificado:

PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	Nota de empenho
168.413	0100000000	33.90.37.01	

7.2 - Na parcela referente ao exercício de 2023, a despesa será incluída na proposta orçamentária para o citado exercício, condicionada à aprovação da mesma.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DA GARANTIA CONTRATUAL:

8.1 - Para assegurar o fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, a Contratada presta garantia contratual, de acordo com as modalidades elencadas no artigo 56, § 1º da Lei nº 8.666/93, no valor de R\$ _____

(_____), equivalente a 5% (*cinco por cento*) do valor global deste Contrato.

8.1.1 - A garantia de que cuida o item anterior deverá ser prestada no prazo máximo de 10 (*dez*) dias úteis, contado do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato, podendo a Contratada optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

8.2 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

8.2.1 - Prejuízos advindos do não cumprimento do Contrato;

8.2.2 - Multas punitivas aplicadas pela fiscalização à Contratada, conforme previsto nas Cláusulas Nona e Décima Sexta deste Contrato;

8.2.3 - Prejuízos diretos causados ao Contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;

8.2.4 - Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela Contratada.

8.3 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, previsto no subitem 8.1.1 desta Cláusula, ou para a atualização de seu valor decorrente de aditivo contratual, acarretará a aplicação de multa de 0,07% (*sete centésimos por cento*) do valor do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (*dois por cento*).

8.4 - O atraso superior a 25 (*vinte e cinco*) dias autoriza o Contratante a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (*cinco por cento*) do valor anual do Contrato, a título de garantia.

8.4.1 - O bloqueio efetuado com base no item 8.4 desta Cláusula não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à Contratada;

8.4.2 - A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no item 8.4 desta Cláusula por quaisquer das modalidades de garantia;

8.4.3 - O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à Contratada.

8.5 - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

8.6 - Será considerada extinta a garantia:

8.6.1 - Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante Termo Circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato;

8.6.2 - Com a extinção do Contrato.

8.7 - Isenção de responsabilidade da garantia:

8.7.1 - O Contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

8.7.1.1 - Caso fortuito ou força maior;

8.7.1.2 - Descumprimento das obrigações pela Contratada decorrentes de atos ou fatos praticados pelo Contratante;

8.7.1.3 - Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

8.7.1.4 - Atos ilícitos dolosos praticados por servidores do Contratante.

8.7.2 - Caberá ao Contratante apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 8.7.1.3 e 8.7.1.4 desta Cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pelo Contratante.

8.8 - A qualquer tempo, mediante celebração de Aditamento, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

9 - CLÁUSULA NONA: DAS PENALIDADES:

9.1 – Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF e do cadastro de fornecedores da Contratante, pelo prazo de até 5 (*cinco*) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral deste Contrato e da aplicação de multa de até 30% (*trinta por cento*) sobre o valor total da contratação, a Contratada que:

9.1.1 – apresentar documentação falsa;

9.1.2 – fraudar a execução do Contrato;

9.1.3 – comportar-se de modo inidôneo;

9.1.4 – cometer fraude fiscal;

9.1.5 – fizer declaração falsa.

9.2. – Para os fins do subitem 9.1.3, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

9.3 – Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução deste Contrato, de inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a Contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens 9.4, 9.5 e 9.7 desta Cláusula e nas Tabelas 01 e 02 da Cláusula Décima Sexta, com as seguintes penalidades:

9.3.1 – advertência;

9.3.2 – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos;

9.3.3 – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

9.3.4 – impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

9.4 – No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (*vinete por cento*) do valor deste Contrato.

9.5 – No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (*trinta por cento*) do valor deste Contrato.

9.6 – Configurar-se-á o retardamento da execução quando a Contratada:

9.6.1 – deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do Contrato após 07 (*sete*) dias contados da data da ordem de serviço;

9.6.2 – deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos neste Contrato por 3 (*três*) dias seguidos ou por 10 (*dez*) dias intercalados.

9.7 – No caso do cometimento das infrações elencadas nos subitens 9.6.1 e 9.6.2, a Contratada poderá ser sancionada com multa de até 5% (*cinco por cento*) deste Contrato.

9.8 - A falha na execução do Contrato estará configurada quando a Contratada enquadrar-se em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 02 constante da Cláusula Décima Sexta, respeitada a graduação de infrações conforme Tabela 01 da mesma Cláusula.

9.9 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à Contratada.

9.9.1 - Se o valor a ser pago à Contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, caso esta tenha sido exigida;

9.9.2 - Se os valores das faturas e da garantia, se exigida, forem insuficientes, fica a Contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (*quinze*) dias, contados da comunicação oficial;

9.9.3 - Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada ao Contratante, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;

9.9.4 - Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (*dez*) dias úteis, contado da solicitação do Contratante.

9.10 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas seguem as disposições da Portaria [TRF2-PTP-2017/00110](#), de 15/03/2017.

9.11 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à contratada, na forma da lei.

9.12 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO:

10.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido,

mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar rescindido o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista neste termo e na Lei nº 8.666/93.

10.2 - O Contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

10.3 - A rescisão mencionada no item anterior se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

11.1 - Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariarem as estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico n.º 009/2022 e seus Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII;
- b) Proposta datada de __/__/2022 apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços a serem executados (TRF2-CAP-2022/_____).
- c) CERTIFICADO DE VISTORIA, *se houver*, emitido pelo Núcleo de Atividades Auxiliares - NUATA, situado na Rua Acre, nº 80 - 15º andar, sala 1.504, Centro, Rio de Janeiro/RJ, comprovando o conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste Contrato (TRF2-CAP-2022/_____).

11.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a" e "b", prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".

12- CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA FISCALIZAÇÃO:

12.1 - O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.

12.2 - Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

12.2.1 - Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

12.2.2 - Ordenar à Contratada que corrija, refaça ou reconstrua as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

12.2.3 - Acompanhar e aprovar os serviços executados.

12.3 - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

12.4 - A Contratada deverá fornecer, para fins de fiscalização pelo Contratante, no prazo de 15 (*quinze*) dias, conforme solicitação:

12.4.1 – Extratos de Informações Previdenciárias e de depósitos do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço - FGTS de seus empregados, bem como quaisquer outros documentos que possam comprovar a regularidade previdenciária e fiscal da Contratada;

12.4.2 - Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o Órgão ou Unidade contratante; cópia do(s) contracheque(s) assinado(s) pelo(s) empregado(s) de qualquer mês da prestação dos serviços ou ainda dos respectivos comprovantes de depósitos bancários;

12.4.3 - Os comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, auxílio alimentação, etc.), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

12.4.4 - Os comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem previstos em lei;

12.4.5 - Outros documentos que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Contratada.

12.5 - A Contratada deverá fornecer, para fins de fiscalização pelo Contratante no início e no término da execução contratual, ou em caso de admissão/demissão de empregados:

12.5.1 - No primeiro mês da prestação dos serviços:

a) Até 1 (*um*) dia útil antes do início dos trabalhos, relação nominal dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, RG e CPF;

b) Em nenhuma hipótese será permitido o acesso às dependências do Contratante de empregados não inclusos na relação;

c) Qualquer alteração referente a esta relação deverá ser imediatamente comunicada à fiscalização;

12.5.2 - Até 15 (*quinze*) dias, após o início da prestação dos serviços, ou após a admissão de novo empregado, a Contratada deverá apresentar cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais das CTPS dos empregados admitidos para a execução dos serviços, devidamente assinadas, e dos exames médicos admissionais dos empregados da Contratada.

12.5.3 - Até 10 (*dez*) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do contrato), em relação aos empregados que forem demitidos, ou após a demissão de qualquer empregado durante a execução do contrato, a Contratada deverá apresentar a documentação adicional abaixo relacionada, acompanhada de cópias autenticadas em cartório ou de cópias simples acompanhadas de originais:

a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de

serviço, devidamente homologados pelo sindicato da categoria, se exigível;

b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido;

d) A Contratada está obrigada a oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS sempre que solicitado pela fiscalização;

e) Verificadas inconsistências ou dúvidas na documentação entregue, a Contratada terá o prazo máximo de 7 (*sete*) dias úteis, contados a partir do recebimento de diligência da fiscalização, para prestar os esclarecimentos cabíveis, formal e documentalmente;

f) O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da Contratada em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicarão rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

13.1 - O prazo de vigência do presente Contrato é de 12 (*doze*) meses, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

13.2 - A pelo menos 60 (*sessenta*) dias do término da vigência deste instrumento, o Contratante expedirá comunicado à Contratada para que se manifeste, dentro de 03 (*três*) dias contados do recebimento da consulta, sobre seu interesse na prorrogação do atual Contrato.

13.3 - Se positiva a resposta e vantajosa a prorrogação, o Contratante providenciará, no devido tempo, o respectivo termo aditivo.

13.4 - A resposta da Contratada terá caráter irretratável, portanto ela não poderá, após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão.

13.5 - Eventual desistência da Contratada após a assinatura do termo aditivo de prorrogação ou mesmo após sua expressa manifestação nesse sentido, merecerá do Contratante a devida aplicação de penalidade, nos termos da Cláusula Nona do presente Contrato.

13.6 - Nas prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para renovação.

13.7 - Excepcionalmente, poder-se-á admitir a redução parcial dos custos não renováveis já pagos ou amortizados, desde que demonstrada ser vantajosa a manutenção do Contrato.

13.8 - Após o prazo de vigência inicial, este Contrato poderá ser prorrogado, sucessivamente, por meio de aditamento, limitado a 60 (*sessenta*) meses, desde que preenchidos, cumulativamente, a cada prorrogação, os seguintes requisitos:

13.8.1 - os serviços tenham sido prestados regularmente;

13.8.2 - a Contratada não tenha sofrido punição de natureza pecuniária por mais de 03 (*três*) vezes no Contratante, a cada período de vigência do Contrato;

13.8.3 - O Contratante tenha interesse na continuidade dos serviços;

13.8.4 - o valor deste Contrato permaneça economicamente vantajoso para o Contratante;

13.8.5 - a Contratada concorde com a prorrogação.

13.9 - A vantajosidade econômica para a prorrogação deste Contrato, mencionada no subitem 13.8.4 desta Cláusula, estará assegurada, dispensando-se a realização de pesquisa de preços, quando:

13.9.1 - houver previsão contratual de que as repactuações dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuadas com base em convenção ou acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou lei, previamente definidos no Contrato;

13.9.2 - houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo insumos, materiais e equipamentos serão efetuados com base em índices oficiais de preços, previamente definidos no Contrato.

13.10 - Nos contratos de serviços terceirizados de natureza continuada, os custos fixos ou variáveis não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados, mediante negociação e como condição para a renovação.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO TERMO DE QUITAÇÃO:

14.1 - Após o término deste Contrato, a Contratada fornecerá Termo de Quitação à Divisão de Contratos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, em papel timbrado da Empresa, devidamente assinado por seu representante legal, carimbado e datado.

14.2 - Na hipótese de o Termo de Quitação não ser fornecido dentro do prazo fixado no item anterior, será considerada como plena, rasa e total a quitação em favor do Tribunal Regional Federal da 2ª Região dos débitos referentes à presente contratação.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS CASOS OMISSOS:

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO:

16.1 - O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO - ANS, o qual define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

16.2 - O não atendimento do ANS e a consequente redução do valor a ser faturado não inibe a aplicação das demais penalidades previstas neste Contrato.

16.3 - Ocorrerá, ainda, a retenção ou glosa no pagamento devido à Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas. A aplicação do percentual de redução do valor a ser faturado por não atendimento do ANS obedecerá às tabelas 1 e 2, abaixo.

Tabela 01

GRAU	Ajuste no pagamento
01 ponto	Desconto de 0,5% sobre o valor mensal do contrato
02 pontos	Desconto de 1,0% sobre o valor mensal do contrato
03 pontos	Desconto de 1,5% sobre o valor mensal do contrato
04 pontos	Desconto de 2,0% sobre o valor mensal do contrato
05 pontos	Desconto de 3,5% sobre o valor mensal do contrato

Tabela 02

INFRAÇÃO			
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais	5	Por ocorrência
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	4	por dia e por unidade de atendimento
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados	3	por empregado e por dia
4	Permitir a presença de empregado sem uniforme, com uniforme manchado, sujo ou mau apresentado e/ou sem crachá	1	por empregado e por ocorrência
5	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização	2	por serviço e por dia
6	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do contratante	3	por empregado e por dia
Para os itens abaixo, deixar de:			
7	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal	1	por funcionário e por dia
8	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador	2	por ocorrência
9	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço	1	por funcionário e por dia
10	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações a contratada	1	-

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

17.1 - O Contrato poderá ser aditado para adequação a posteriores regulamentações das Leis nº 10.192 de 14/02/2001 e nº 9.069 de 29/06/95.

17.2 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratado, até o limite de 25% (*vinete e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o estabelecido no art. 65 § 1º da Lei 8666/93.

17.3 - Eventuais supressões realizadas nos termos do item anterior poderão exceder o limite ali estabelecido, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme alterações dispostas no art. 1º da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998.

17.4 - Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20091-007, endereço eletrônico dcont@trf2.jus.br, no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

17.5 - Pela assinatura do presente termo, a Contratada autoriza o Contratante a deduzir o valor das multas aplicadas, previstas nas Cláusulas Nona e Décima Sexta do Contrato, dos valores devidos pelos serviços prestados.

18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no Parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o presente instrumento de Contrato será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, por conta do Contratante.

19 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato.

Rio de Janeiro, de de 2.022.

PAULO CEZAR BRAGA EDMUNDO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Diretor Geral

RESPONSÁVEL
EMPRESA CONTRATADA
(cargo)